

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.180 - RS (2019/0302020-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : EDUARDO MACIEL SZOBOT
ADVOGADO : EDUARDO MACIEL SZOBOT - RS060528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : RAMON FELIPE PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RAMON FELIPE PEREIRA, apontando como autoridade coatora Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 70082845785.

Noticiam os autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso nos artigos 121, § 2º, incisos II, III e IV, combinado com o artigo 14, inciso II, e 129, *caput*, todos do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cujo pedido liminar foi indeferido, decisão mantida ao ser apreciado o pleito de reconsideração formulado.

Sustenta o impetrante que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega que o magistrado singular designou audiência de instrução sem analisar as teses suscitadas em resposta à acusação, que poderiam resultar na extinção do feito ante a inépcia da denúncia e/ou ausência de justa causa para a persecução criminal.

Afirma que o acusado teria sido preso preventivamente e denunciado em razão do falso testemunho das supostas vítimas.

Aduz que não estariam presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar do réu, que constituiria medida desnecessária e que poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, que antes da audiência de instrução o magistrado se manifeste sobre as teses defensivas suscitadas em resposta à acusação, bem como que seja reconhecida a falta de justa causa para a persecução penal, substituindo-se a prisão preventiva do paciente por cautelares diversas.

É o relatório.

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se "*no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada*" (AgRg no HC 515.197/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 05/08/2019).

E, da análise da documentação acostada, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando

Superior Tribunal de Justiça

fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, a autoridade impetrada consignou que *"já houve o ingresso de outro Habeas Corpus, tombado sob o número 70080985328, também na forma eletrônica, em favor do mesmo paciente"*, estando *"prejudicada análise do presente Habeas Corpus, no tocante a legalidade e necessidade da segregação cautelar"* (e-STJ fls. 323/324).

Assentou que *"a questão de fato novo referido pelo impetrante não deve ser analisado no presente mandamus, uma vez que as questões ligadas diretamente ao mérito da ação serão analisadas em momento oportuno"*, pois *"a comprovação ou não da efetiva participação do paciente na prática do delito imputado ou as teses avançadas pela defesa, constitui matéria de alta indagação, a demandar dilação probatória, razão pela qual deve ser realizada no bojo da ação de conhecimento"* (e-STJ fl. 324).

E, ao indeferir o pedido de reconsideração, registrou que inexistem *"razões para modificação do entendimento já exarado em plantão"*, persistindo *"os motivos que levaram a negar a soltura do paciente"*, oportunidade em que repisou que *"que as questões de mérito deverão ser analisadas no bojo da ação principal, em razão da impossibilidade do exame aprofundado das provas em sede de habeas corpus"* (e-STJ fl. 338).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ademais, é pacífico neste Superior Tribunal de Justiça que *"a decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397) não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório"* (RHC 109.666/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019), sendo certo, outrossim, que *"o trancamento da ação penal na via estreita do habeas corpus somente é possível, em caráter excepcional, quando se comprovar, de plano, a inépcia da denúncia, a atipicidade da conduta, a incidência de causa de extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito"* (AgRg no RHC 101.388/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 30/08/2019), circunstâncias que afastam a plausibilidade jurídica do pleito ora formulado, reforçando a impossibilidade de conhecimento deste remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

